

CAMINHOS DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO PEDRO DE CIMA

Leonardo de Oliveira Carneiro¹

Nathan Zanzoniltaborahy²

Resumo

O presente artigo propõe narrar os caminhos da formação do núcleo de Agroecologia no Curso de Geografia da UFJF e os trabalhos relacionados à extensão universitária em Agroecologia na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima, discutindo a indissociabilidade desses processos ao ensino e à pesquisa em Geografia Agrária. A narrativa reflexiva realça algumas transformações sociais e acadêmicas a partir da execução do referido projeto, assim como as idas e vindas, os avanços e recuos, os limites e as fronteiras dos projetos de extensão universitária. Portanto, chega-se à conclusão do incontestável envolvimento dos quilombolas às ações e reflexões trazidas e à consolidação do Núcleo de Agroecologia em nossa instituição.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola; Agroecologia; Extensão Universitária.

TRANSITION PATHS AGROECOLOGICAL IN THE COMMUNITY ARE QUILOMBOLA SÃO PEDRO DE CIMA

Abstract

The current article aims to narrate ways of establishing a center of Agroecology as part of the Geography Major at the UFJF and projects related to university extension in Agroecology in the Quilombola Community in São Pedro de Cima, as well as to the inseparability of these processes from teaching and researching in Agricultural Geography. The reflective narrative highlights some social and academic transformations regarding the fulfillment of this proposed project and also the comings and goings, the advances and retreats, the limits and boundaries of the university extension projects. Therefore, we reach the conclusion of the unquestionable involvement of the *quilombolas* with the actions and reflections which have been raised and the establishment of the Center of Agroecology in our Academic Institution.

Keywords: Quilomba Community, Agroecology, University Extension

¹ Professor Adjunto UFJF. CNPq/MDA. Email: leo_car@terra.com.br.

² Mestrando no PPGEU/UFMG. Email: nathansalamandra@hotmail.com.

Contextualizando

A narrativa que ora se apresenta é uma análise, fruto da relação entre acadêmicos do curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Comunidades Remanescentes de Quilombos na mesorregião da Zona da Mata mineira, costurada pelas ações de dois projetos de extensão universitária: i) Da Diversidade Cultural à Diversidade Produtiva: a construção de saberes necessários à transição agroecológica, e; ii) Ecomuseu de Comunidades Negras da Zona da Mata mineira. Embora estes projetos – fomentados pelo MDA/SAF/CNPq e pelo Ministério da Cultura (PROEXT) – tenham iniciado em março de 2011, os encontros entre estas comunidades e a UFJF ocorrem desde o ano de 2007 – com atividades de ensino - e prosseguem até o presente momento, com o contínuo fomento do Governo Federal.

São Pedro de Cima (SPC) é uma comunidade localizada na zona rural do município de Divino, norte da Zona da Mata mineira. Sua população se estende nas encostas do alto e médio vale do córrego São Pedro, sobre altitudes que variam entre 900 e 1200 metros (ITABORAHY; TEIXEIRA, 2009), tributário na alta bacia do rio Carangola. É composta por cerca de 160 famílias – mais de 600 habitantes – distribuídos em aproximadamente 140 domicílios. Na comunidade, permanece a descendência de duas famílias negras que ali chegaram em meados do século XIX (segundo relatos dos moradores), conhecidos como Malaquias e Pereiras, famílias estas que viveram com certo grau de isolamento dos espaços urbanos até os anos 70.

Nesse contexto, criou-se intensa convivência interfamiliar, que foi capaz de se manter graças ao trabalho coletivo, à solidariedade intracomunitária e à reprodução de uma vida social e cultural orientada pelos próprios moradores. Não obstante, o contingente populacional existente servia como mão de obra utilizada como “peonagem” (condições análogas à escravidão) pelos grandes produtores de café do entorno. Nos terrenos ocupados, edificavam suas casas a partir dos recursos

materiais existentes no local³ e praticavam agricultura de subsistência e criação de pequenos animais.

Desta forma, muitos dos agricultores moraram parte de suas vidas nos limites das fazendas do café, submetidos aos desmandos e regras dos fazendeiros. O pagamento de seus trabalhos era condicionado à própria produção da fazenda, recebendo pequenas quantias de alimentos. Estas fazendas se situavam a longa distância da comunidade e, muitos deles, faziam o percurso diariamente até os locais de trabalho. “Eu mesmo eu lembro que meu pai.. ele saia todo dia 4 hora da manhã pra trabalhar, chegava só 9 hora da noite..”,disse um agricultor, demonstrando a dependência dos primeiros moradores na relação com tais fazendeiros e, conseqüentemente, o pouco tempo que lhes restava para os próprios plantios.

A partir dos anos 60, intensificou-se a chegada de novos forasteiros em SPC – fundamentalmente moradores dos arredores – que cooptavam as terras ocupadas pelos negros. Muitas são as histórias sobre as formas dessa cooptação, na qual, muitas vezes, utilizava-se da violência ou da troca de terras por um burro ou um pedaço de toucinho e de fumo. Contudo, o relacionamento entre os descendentes desses novos forasteiros e os antigos moradores é hoje permeado por relações de compadrio e respeito mútuo, ainda que haja sinais de preconceito e de controle hegemônico do território pelas famílias não negras (como no caso do “mando” do Conselho Comunitário, da Igreja e da escola).

Após os anos 80 a comunidade passou a ter, no plantio do café, a sua economia de troca, embora não tenha deixado de lado o cultivo de gêneros alimentícios diversos. Neste período, outro modelo de desenvolvimento rural foi

³ Relatou-nos o agricultor *Vadinho*, sobre a construção das casas na comunidade antigamente: “Aí lembrei muito das casa que nós morava também.. Não era casa de tijolo, era de barro.. pau-a-pique.. aí juntava o pessoal e ia fazendo a casa.. era os carapina, na época não falava pedreiro não, era carapina.. Lavrava as madeiras toda de machado, lascando bambu, amarrando de cipó.. aí no tal sábado que ia ser a barreação eles fazia o mutirão de gente.. aí juntava aí 20, 30 homem pra acabar de.. pra barrear a casa.. acabou de barrear ia fazer a festa.. tinha uma janta, um arroz doce.. mas aquilo, quando acabava de barrear a casa não sabia se o pessoal tava com a cor de gente ou com a cor de barro (risos).. que é, vamo supor, durante.. tinha uma parede igual essa aqui.. ficava dois do lado de fora e dois do lado de dentro.. aí que topava o barro.. quando o barro não topava, aquilo pegava o outro e sujava tudo!”

aplicado⁴ na comunidade, sendo que, a partir dos anos 90, a utilização de venenos agrícolas nas lavouras de café se intensificou. Tal processo de modernização culmina com o plantio de eucaliptos (incentivados pelo IEF⁵), iniciado na primeira década do século XXI. Assim, os relatos sobre problemas relacionados à contaminação e à escassez de água, às queimadas, à erosão e aos efeitos dos defensivos agrícolas à saúde se tornaram comuns no local.

Alguns marcos históricos são destacados por Carneiro (2008), para uma compreensão histórica da dinâmica territorial da comunidade: i) a construção da BR 116 nos anos 50, que inseriu no seu trajeto uma passagem a 6 quilômetros de distância de São Pedro de Cima; ii) a construção de um mineroduto nos anos 70, que findou por abrir uma estrada (não pavimentada), a qual conectou a comunidade à cidade do Divino – além dos diversos complicadores ambientais causados por tal construção; iii) a política de modernização agrícola do Governo Federal do presidente João Figueiredo nos anos 80, intitulada “Plante que o João Garante”, que, através de programas de financiamento da produção, incentivou o plantio de café nas pequenas propriedades e causou uma corrida aos cartórios para legalização (parcial) das terras no local.

O contato com a comunidade de SPC revelou a contradição na qual seus moradores se encontram: reconhecem o uso cada vez mais intensivo de insumos e defensivos químicos nas lavouras de café e, por outro lado, os riscos humanos e ambientais aos quais são submetidos ao optarem por estas práticas.

Ainda assim, não abrem mão da agricultura camponesa de produção diversificada de alimentos para consumo próprio, visível, sobretudo, nos quintais e áreas próximas às casas. Possuem um profundo conhecimento etnobotânico e

⁴ Não por acaso utilizamos a palavra “aplicado”. Os programas de modernização da agricultura na Zona da Mata mineira foram construídos de maneira vertical, ou seja, se desenvolveram nos laboratórios e foram aplicados na realidade dos agricultores. Desta forma, não foi levado em conta a diversidade ambiental e cultural dos territórios da agricultura camponesa, tampouco os saberes dos sujeitos da agricultura.

⁵ Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, vinculado ao Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA), o órgão é responsável pela fiscalização, conservação e gestão das áreas verdes e unidades de conservação do estado.

etnofarmacológico: pesquisas preliminares⁶ mostram que, nos arredores de suas casas, manipulam cotidianamente entre oitenta a cento e dez espécies de plantas, dentre elas medicinais, frutíferas, ornamentais, tubérculos, leguminosas, legumes, etc.

A criação de pequenos animais é comum em praticamente todas as casas, destacando-se galinhas, das quais se obtêm carne e ovos; porcos, que tanto servem de alimento quanto são criações estratégicas para poupar rendas⁷, e vacas leiteiras (em menor proporção) para produção de leite e queijo.

A geração de renda pelas mulheres é fator complicador da sustentabilidade local, muito embora o trabalho feminino seja fundamental na economia familiar, pois elas são responsáveis pela manutenção do plantio no entorno das casas, auxiliam os homens na colheita do café, além de desempenharem as funções domésticas. As mulheres acabam por terem grande dependência financeira de seus maridos, o que corrobora para um quadro de desigualdade de gêneros.

Hoje, a ocupação pelas famílias negras se dá em terrenos que variam em média de 1 a 10 hectares, o que força com que haja sempre maior demanda de migração dos jovens. Conforme nos alerta Woortmann (2009), é preciso compreender o papel da migração no campo na manutenção dos núcleos familiares no local. Neste sentido, São Pedro nos evidencia a prosperidade de determinados núcleos familiares a partir do auxílio da poupança dos migrados. Constatou-se que a migração de jovens para as cidades do Norte Fluminense tem sido intensa. Não obstante, acontecimentos recentes nos assinalam processos de expulsão de moradores devido a problemas relativos à compra de terras por fazendeiros ou empresários urbanos e da consequente instalação de monoculturas (especialmente, de eucalipto).

⁶ Fez parte de nossos esforços de pesquisa e extensão, juntamente ao grupo de etnobotânica, um levantamento etnobotânico e etnofarmacológico que buscou sistematizar a riqueza de saberes inscrita no cotidiano dos moradores da comunidade, tradicionalmente transmitida oralmente entre eles.

⁷ A criação de porcos é uma atividade relativamente barata, visto que se alimentam de folhas de inhame, bagaço de cana, restos de comida, etc. Como a renda gerada pelo café – o carro-chefe dos plantios na comunidade – só é recebida durante a colheita (uma vez por ano), o porco funciona como uma segurança financeira para os moradores. Assim, caso aconteça algum imprevisto, eles contam com a venda do porco para levantar algum dinheiro.

Em 2004, a Fundação Cultural Palmares concedeu à comunidade o título de “Comunidade Remanescente de Quilombo”, após solicitação das famílias negras (Pereiras e Malaquias), através do movimento negro local AVURA. Houve, contudo, um processo deflagrado pela EMATER e pela Secretaria de Assistência Social do Município de Divino para sensibilizar o grupo para a elaboração de tal requerimento. A conquista dos direitos e das políticas previstas na Constituição de 1988⁸ e do Programa Brasil Quilombola continua à espera de melhores dias.

Em 2007, iniciamos (UFJF) nossa entrada em SPC para a realização de um trabalho de campo da disciplina “Geografia Agrária”. Retornamos em 2008 com a mesma finalidade. A partir destes primeiros contatos, um grupo de alunos se sentiu motivado e decidiu investir na elaboração de projetos com os quais pudessem retornar e promover algum tipo de contribuição à comunidade. Em 2009, os estudantes construíram, coletivamente, o projeto “Ecomuseu na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima”, contemplado, naquele ano, pelo edital da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora, através das verbas do Ministério da Cultura. Um marco no início de uma relação mais próxima com os moradores.

A Agroecologia compunha um item da ementa destas disciplinas e alguns alunos foram se interessando pela temática. Ao longo de alguns anos, convidamos à casa alguns acadêmicos interessados e agricultores familiares mobilizados pelas ideias da agroecologia. Enquanto a temática era inserida no grupo, a extensão nos convidava a pensar criticamente os formatos produtivos da agricultura em SPC, que nos apresentava uma riqueza de “saberes ambientais” (LEFF, 2002) e revelava também a dependência, cada vez maior, de insumos agrícolas, a vulnerabilidade às

⁸ Em 2013, o Ministério Público instaurou um Inquérito Civil determinando que o INCRA desse início aos trabalhos de demarcação do território de São Pedro de Cima, como território remanescente quilombola. Em abril do mesmo ano, o INCRA esteve na comunidade para um primeiro diálogo, solicitando aos moradores que optassem pelo início ou não do processo. Diante da possibilidade de expropriação de certas famílias não negras de suas terras, houve uma mobilização para que o processo não acontecesse. Tempos depois, em outubro do mesmo ano, o Ministério Público agendou uma nova reunião com as famílias negras, desta vez na cidade de Divino. Surpreendentemente, as famílias não negras foram em peso à reunião, enquanto as famílias negras tiveram poucos representantes. Sobre esse processo, devemos sublinhar dois pontos: primeiramente, que a movimentação para a demarcação das terras, ainda que não tenha sido iniciada nessa ocasião e que não tenha sido totalmente apropriada pelas famílias negras, fez com que estas afirmassem seus direitos, o que, de alguma forma, significa algum tipo de ruptura na estrutura de poder vigente; por segundo, ficou evidenciada certa incapacidade destas instituições em trabalharem com territórios que sinalizam situações para além do rótulo de “remanescentes”, onde a mistura e o conflito são parte constitutiva dos processos de territorialização.

oscilações do mercado do café e os efeitos ambientais consequentes da modernização da agricultura.

Aos poucos, fomentamos a voluntariedade de um pequeno grupo para nos afinar na agroecologia. Foi justamente nesta seara que concorremos ao edital 058 do MDA/SAF/CNPq. Na elaboração do projeto, planejamos a formação de um grupo de agroecologia dentro da UFJF e a construção dos saberes necessários à transição agroecológica em São Pedro de Cima. E é justamente sobre esses dois desafios que nos debruçaremos nas próximas páginas.

Desafios da Transição: a formação do Núcleo Ewè e a transição agroecológica em São Pedro de Cima

É impossível compreender a formação do Núcleo Ewè⁹ e o projeto de extensão em torno da transição agroecológica em SPC de maneira separada. Na verdade, os processos se retroalimentaram, estiveram articulados em todo o tempo, ainda que acontecessem em diferentes espaços, e que nem todos os que membros da formação do Ewè na UFJF tenham a ido à São Pedro de Cima, tampouco todos os envolvidos no processo da transição frequentassem as reuniões do núcleo. Em algumas ocasiões, conseguimos levar até 12 participantes do Ewè até SPC e por duas vezes, trouxemos 16 pessoas de SPC até a UFJF, na intenção de promover interações entre os objetivos e ações do projeto.

A vinda destes últimos à UFJF ocorreu, primeiramente, por conta do I Encontro de Comunidades Quilombolas da Zona da Mata mineira (KizombaNamata) em outubro de 2012 e, na segunda vez, para uma reunião com outras comunidades quilombolas e grupos de jongo/caxambu¹⁰ (ação do projeto “Ecomuseu” apoiado pelo PROEXT/UFJF 2013) em abril de 2013. A ida dos integrantes do Ewè a SPC ocorreu por conta da realização dos “Intercâmbios de Saberes¹¹” na comunidade,

⁹Ewè significa “folhas” em Iorubá.

¹⁰ Jongo/caxambu é uma manifestação cultural afro-brasileira, típica da Região Sudeste, composta de dança, toques de tambores e de pontos cantados. Foi considerado patrimônio cultural imaterial pelo IPHAN.

¹¹ Metodologia de diálogos e vivências para a transição agroecológica realizada em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Divino, com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata mineira (CTA-ZM) e da Universidade Federal de Viçosa

durante os anos de 2011 e 2012, e em trabalhos de campo da disciplina Geografia Agrária em 2013.

A formação do Grupo Ewè

Formar um grupo de agroecologia na UFJF era uma tarefa que parecia bastante difícil, pois não possuímos cursos voltados para a área agrária. Chegamos a ter projetos vetados pela Pró-reitoria de Extensão por este motivo: “falta de tradição em estudos agrários”.

A tarefa de articular professores e estudantes para esse diálogo começou no processo de distribuição das bolsas previstas no projeto contemplado pelo CNPq. Como havíamos previsto uma equipe multidisciplinar, saímos em busca desses estudantes e dos professores que nos poderiam indicá-los. Deste modo, nossa procura nos levou até a o Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e à Faculdade de Serviço Social, além do nosso próprio Instituto de Ciências Humanas (ICH), onde se situa o curso de Geografia e o Núcleo. Esse processo de busca por bolsistas revelou-se interessante na medida em que nos proporcionou o início de uma aproximação com aqueles que formariam o grupo. Mesmo aqueles estudantes que não foram selecionados como bolsistas acabaram por ingressar nas atividades do grupo.

Após termos iniciado nossos encontros no Centro de Vivências da UFJF, utilizamos a metodologia do “Sonho do Dragão”, com a qual conseguimos compreender a composição e o potencial do grupo. Definimos objetivos e nos propusemos a pensar em como iríamos trabalhar, afinal, estávamos de frente para dois grandes desafios: i) o de formar o grupo sem antecedentes na universidade, e; ii) pensar a metodologia de construção dos saberes para a transição agroecológica em São Pedro de Cima, também sem precedentes em nosso grupo em formação.

A Agroecologia nos colocou diante da necessidade de construir estratégias que inserissem a temática na universidade – enquanto pesquisa, ação no cotidiano do espaço universitário e bandeira do movimento estudantil – e permitissem que

(UFV). É baseada na pedagogia paulofreiriana, portanto, disposta a diálogos entre os próprios agricultores (de camponês a camponês) sobre suas realidades produtivas e possibilidades transformadoras/emancipatórias.

construíssemos uma extensão participativa na comunidade, ou seja, que tivéssemos os agricultores como protagonistas da transição.

Foi-nos preciso refundar o próprio sentido da extensão, como ensinou Paulo Freire (1983), para reenquadrar a função da universidade neste processo; não como “transmissora de conhecimento”, mas sim como um ator de articulação, diálogo e valorização destes sujeitos.

Conseguimos realizar mais de 20 reuniões no período de 24 meses com o chamado “grupão”, que chegou a congregar mais de 30 pessoas. Havia ainda o “grupinho”, formado por 7 bolsistas, que tinham o compromisso de administrar o projeto. Algumas ações de intervenções no campus da UFJF foram discutidas e realizadas. Ao final, conseguimos um espaço para abrigar o Ewè, ainda em estado preliminar de ocupação e apropriação.

Este processo nos levou a crer que há, em qualquer espaço, pessoas ligadas às questões da agroecologia, mas que, muitas vezes, estão desarticuladas. No projeto submetido ao SAF/MDA/CNPq, no final de 2013 (para o biênio 2014/2015), as ações, as comunidades envolvidas e a equipe se ampliaram enormemente; formamos, enfim, uma rede agroecológica dentro da UFJF. Neste sentido, corroboramos a importância dos projetos que apoiam a formação e a consolidação de grupos de agroecologia nas universidades. Exploramos as “novas conexões” sugeridas por Angela Hilmi:

O centro do processo de transição é a criação de novas ligações e novos padrões entre as pessoas, instituições e recursos que, até então, ficavam isolados. É por isso que o diálogo e a consulta democrática são importantes. As transições, acima de tudo, tratam da criação e da exploração dessas novas conexões (HILMI, 2012, p. 76).

Dentre os principais resultados obtidos desde a formação do Ewè, destacamos: i) o fortalecimento, a articulação e a integração de docentes, discentes e funcionários da UFJF em torno da Agroecologia; ii) a conquista de um espaço dentro da UFJF para abrigar o Ewè; iii) o início e a continuidade das ações do Ewè dentro do Campus da UFJF; iv) a articulação com o campus da UFJF em Governador Valadares; v) as articulações com ATERs (CTA, EMBRAPA, OCA) e com o poder público municipal de Juiz de Fora e cidades da Mesorregião; vi) as trocas de saberes realizadas na comunidade quilombola de São Pedro de Cima

(SPC); vii) a articulação com o Sindicato do Divino e as ações integradas que dotamos para SPC; viii) a inclusão de SPC na comercialização do PNAE; ix) as transformações em SPC mediante o uso de venenos agrícolas, ao plantio de espécies nativas, à valorização de seus sistemas culinários e de suas plantas medicinais; x) a qualificação dos estudantes envolvidos em TODO o processo de formação e consolidação do Ewè, assim como de suas ações; xi) a produção de TCCs e o ingresso em programas de pós-graduação dos alunos envolvidos no Ewè, discutindo as experiências do grupo; xii) a articulação em rede com os NEAs de outras IES, com o MDA e demais instituições de ATER.

A transição agroecológica em São Pedro de Cima

Estar envolvido em um projeto de extensão sem ter um acúmulo de experiências e debates sobre este tipo de metodologia levou-nos a buscar parceiras. Primeiramente, buscamos o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Divino, já que sabíamos que a organização trabalhava com a transição agroecológica em outras comunidades rurais do município. Em seguida, procuramos participar dos “Intercâmbios de Saberes” nessas outras comunidades, organizadas pelo próprio Sindicato em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata mineira (CTA-ZM) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Para estes Intercâmbios de Saberes, levávamos os bolsistas do projeto, alguns participantes do grupo Ewè da UFJF e membros da comunidade de São Pedro de Cima. Assim, nossa “rede” começava a se consolidar e, ao mesmo tempo, aprendíamos as metodologias de trabalho. Como os recursos do projeto nos permitiam frequentar SPC assiduamente, procuramos também desenvolver as nossas próprias ações de reforço aos Intercâmbios de Saberes; assim, visitávamos as famílias, dialogávamos sobre técnicas alternativas de adubação e de combate às pragas, bem como sobre a produção diversificada e as suas relações com saúde, segurança alimentar, possibilidades de geração de renda a partir da produção de conservas, etc. (aos poucos também começamos a distribuir alguns produtos em pequenas redes de consumidores em Juiz de Fora).

Foto 1 – Intercâmbio em São Pedro de Cima



Fonte: Laboratório KizombaNamata.

Caminhamos, durante os tantos diálogos sobre a produção agrícola na comunidade, entre o pressuposto de não afirmar nenhuma verdade de maneira impositiva aos moradores e a necessidade – constitutiva do verdadeiro diálogo – de ceder nosso próprio ponto de vista, levantando a bandeira da agroecologia e deixando de forma clara nossas críticas aos efeitos do modelo hegemônico de desenvolvimento rural, baseado nas premissas da chamada “Revolução Verde” e que tanto tem influenciado suas vidas.

Narrativas a partir da ação: a Extensão como mote da transformação socioterritorial, do Ensino e da Pesquisa

Quando pensamos nesse projeto, apontávamos para um horizonte no qual muito nos era desconhecido. Apesar de possuímos um histórico de frequência na comunidade de São Pedro de Cima e de detectarmos alguma compreensão sobre sua realidade, jamais havíamos trabalhado numa proposta de transição agroecológica. Afinal, enquanto uma equipe formada a partir da Geografia, pensamos o espaço agrário e não as técnicas de produção propriamente ditas, embora elas estejam contidas em nossos estudos.

O projeto iniciou-se em março de 2011, estendendo-se até fevereiro de 2013, e, para suprimir o nosso déficit de conhecimentos, nos articulamos em parcerias. Nesses dois anos de execução do projeto, estivemos na comunidade dezenas de vezes e, com o apoio de nossos parceiros, realizamos e participamos de doze Intercâmbios de Saberes, junto ao Sindicato, ao CTA e à UFV.

Para além, estivemos construindo um outro olhar para a comunidade, a medida em que passamos a nos atentar para o cotidiano da agricultura, que, marcado pelo cultivo do café, parece carregar os conflitos gerados pela modernização da produção agrícola. No entanto, como nos foi sugerido, carrega também as interações entre os agricultores, as diferentes formas de organização do trabalho e as interlocuções entre saberes. Estivemos atentos às imposições e às resistências. Assim, nos *lugares* da agricultura de São Pedro, fixamos olhar atento para encontrar as limitações de tal modelo, mas também as possibilidades de reconstrução, com base nos princípios da agroecologia.

Transformações sociais

Após certo tempo do início do projeto, percebemos mudanças no comportamento das famílias locais. Aos poucos, os produtos da terra ganhavam *força* mediante os produtos urbanos e, por exemplo, ao invés de nos oferecer refrigerantes ou “sucos” artificiais em pó, eles passavam, cada vez mais, a nos oferecer, e também a consumir, os sucos caseiros de limão, laranja, tangerina, abacaxi, acerola e demais frutas de seus quintais. As trocas de sementes e de mudas entre a comunidade fortaleceu-se espontaneamente e, quando chegávamos para visitar algumas famílias, eles nos convidavam para ver as novas árvores, ervas ou demais plantas em seus pomares e quintais.

Aos poucos, as declarações sobre o uso de agroquímicos e suas consequências rompiam o silêncio e tomavam o rumo das conversas. As experiências da retirada do uso de agroquímicos nas plantações de café e sua substituição por técnicas alternativas começaram a acontecer. Ainda, as primeiras experiências com o “café sombreado” foram desenvolvidas: alguns agricultores estão experimentando o plantio conjunto do café e plantios rudimentares, como a embaúba, capoeira branca e mamona, além das frutíferas já tradicionalmente plantadas, sobretudo, banana e abacate. Esta estratégia, ainda em experimentação, visa complexificar o agroecossistema, ciclando os nutrientes no solo, e acaba por suscitar outras formas de geração de renda na lavoura, para além do café.

Ações inesperadas ocorreram, tal como a formação de um grupo de mulheres, que passou a discutir as possibilidades de emancipação em um território

demarcado por uma forte submissão do papel da mulher. Algumas dessas mulheres tomaram a iniciativa de produzir conservas de pimenta e nos entregavam, solicitando que as distribuíssemos. Fomos, assim, convocados a formar uma rede rudimentar de economia solidária.

Mas, mesmo diante destes avanços, temos consciência das dificuldades em se pensar e construir as bases para uma transição agroecológica. Elas são, de alguma forma, uma denúncia da “eficiência” da territorialização do modelo de produção agrícola baseado nos princípios da Revolução Verde, ou ainda, de como ele prende os agricultores a uma lógica de produção de alimentos. *Nadamos contra a corrente* numa terra onde o café é sinônimo de geração de renda e autonomia para os moradores e onde, também, a lógica do agronegócio vem sendo dispersada e estruturada há um bom tempo.

Tais dificuldades não nos impedem de enxergar pequenas sutilezas da transição agroecológica em São Pedro de Cima, as quais nos mostram diversidade rítmica, ou seja, não é necessário radicalizar os discursos e processos. Portanto, quem faz o tempo da transição é o agricultor, com todas suas desconfiças e incertezas, compreensíveis. A transição é um processo lento. Requer que refaçamos as rotas, repensemos sempre as estratégias e estejamos atentos a possibilidades realistas e viáveis de articulação e transformação.

A extensão como mote do ensino e da pesquisa

Apresentamos uma narrativa para poder nos permitir compreender como os projetos de extensão podem funcionar como mote do ensino e da pesquisa. Em janeiro de 2013, preparamos o último intercâmbio previsto no projeto, feito com o restante de nossos recursos. O mês de janeiro costuma ser chuvoso nesta época do ano e o acesso à comunidade se faz por dezessete quilômetros em uma estrada de terra com inúmeras subidas e descidas por ser uma área montanhosa. Chegamos à comunidade numa quarta-feira, em veículo particular. Os bolsistas por lá ficaram, enquanto o coordenador retornou a Juiz de Fora.

A partir daquela noite, começou a chover e não parou por cinco dias. Isolados na comunidade, os bolsistas do projeto, em meio ao mau tempo, iniciaram as atividades de planejamento e articulação do Intercâmbio de Saberes no sábado.

As estradas ficaram isoladas e, no dia do Intercâmbio, quando perceberam que nós, professores e coordenadores, não chegaríamos, os bolsistas, que desconheciam as metodologias de transição agroecológica antes do início do projeto, decidiram que eles mesmos iriam coordenar aquela troca de saberes.

Puderam apresentar um pouco dos avanços e desafios do projeto e estiveram atentos às vozes da comunidade. Na intenção de construir uma nova etapa da extensão, perguntaram aos moradores: “o que vocês sonham para São Pedro?”. Os moradores opinaram, divergiram sobre as questões produtivas e ambientais, mas, juntamente aos alunos, puderam sintetizar as bases para a reformulação do projeto. A nova etapa do projeto aqui em questão foi construída coletivamente com a comunidade, fato que muito nos orgulha.

Compareceram a este evento cerca de cinquenta pessoas da comunidade, que, por sua vez, saíram dizendo que aquele havia sido o melhor intercâmbio que eles haviam participado. Dos quatro alunos que compartilharam esta experiência, três hoje estão em programas de mestrado, pesquisando questões que surgiram durante a execução do projeto, e outro se encontra em sala de aula da rede de educação pública.

Além destes êxitos relatados, este projeto nos levou à parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ecologia da UFJF, para levantamento etnobotânico nas comunidades em que trabalhamos. Os frutos gerados foram duas dissertações de mestrado concluídas e uma tese de doutorado ainda em andamento.

No total, no Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFJF), existem três dissertações investigando agroecologia em comunidades quilombolas, além de uma dissertação em execução na UFMG e outra no CPDA-UFRRJ. Hoje, estudamos a possibilidade de a Agroecologia se tornar uma disciplina da grade curricular do Curso de Geografia da UFJF, para além de ser um item da ementa da disciplina de Geografia Agrária. A extensão na comunidade quilombola de São Pedro trouxe transições também para os alunos envolvidos e para a Universidade Federal de Juiz de Fora.

Entre limites e fronteiras

Se os resultados da execução de projetos de extensão demonstram-se fundamentais para a ampliação das fronteiras sociais e educacionais, o tempo e o espaço parecem comprimir-se contra nossas ações: no município do Divino, o uso de venenos agrícolas e o número de enfermos intoxicados aumentam a cada mês; em São Pedro de Cima, o plantio de milho transgênico e o monocultivo de eucaliptos adentram o território. Vivemos a angústia do parcial sucesso de nossas ações e entre limites e fronteiras nos situamos.

Limites que demarcam o território, apartando um lado do outro – demarcando diferenças e desigualdades; que impõem restrições, impedem passagens, coíbem ou selecionam as trocas. Já a fronteira emerge do contato, do *front* e do encontro. A fronteira é espaço de luta, é espaço de subversão dos limites. Um dos papéis do extensionista é justamente este: transformar os limites em fronteiras. Conforme nos ensina Porto-Gonçalves (2002), ousamos transitar entre o *inter*, o *trans* e o *multi* conhecimento e consolidar as bases de uma academia “em busca de novas territorialidades”.

A agroecologia é, pois, neste contexto, fronteira das ações acadêmicas na afirmação de novas territorialidades, nas quais os conhecimentos e os modos de vida das populações tradicionais e da agricultura familiar são a base da racionalidade ambiental (LEFF, 2000) em seu encontro com as universidades e as ATERs. Alguns questionamentos, entretanto, podem ser colocados: i) é condizente que a universidade assuma o papel de instituição pública de capilarização das políticas ministeriais?; ii) quais são as contribuições efetivas que a Geografia pode trazer ao debate e às ações da Agroecologia?; iii) estamos travando uma luta (pela Agroecologia) inglória?

Não devemos buscar respostas rápidas para estas questões, apenas deixar que elas encontrem espaço para que possamos, um dia, discuti-las coletivamente. Nossas “novas conexões” devem gerar o poder de reflexão coletiva, inter e transdisciplinar. Assim saberemos melhor como pensar a nossa própria disciplina de Geografia Agrária.

Referências

CARNEIRO, Leonardo. “Requilombarse São Pedro dos Crioulos: Magia e Religião em São Pedro de Cima”. In: **ANAIS do X ENCONTRO INTERNACIONAL HUMBOLDT**. Rosário (AR), 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HILMI, Angela. **Transição na cultura agrícola: uma lógica distinta**. [s. l.] The more and Better Network, 2012. 114p.

ITABORAHY, Nathan. Z. ; TEIXEIRA, Tiago. B. “Análise Geográfica de uma propriedade quilombola: uma discussão sobre etnografia, produção e espaço”. In: ANAIS do XII ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. Montevideo: EGAL, 2009. p. 105. v. XII.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

_____. “Agroecologia e saber ambiental”. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan./mar., 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”. In: CECEÑA, Ana Ester; SADER, Amir (Orgs.). **La Guerra infinita: hegemonia y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

WOORTMANN, Klaas. “Migração, família e campesinato”. In: WELCH at al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. NEAD/MDA. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

Recebido em Junho de 2015.

Publicado em Setembro de 2015.